

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.876 - SC (2019/0136419-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **SIDNEI BARBOSA**
ADVOGADO : **RUDNEI ALITE - SC029597**
EMBARGADO : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**
ADVOGADO : **CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SIDNEI BARBOSA contra decisão proferida por esta relatoria que deu provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos a fim de apreciar o agravo de instrumento interposto em segundo grau (fls. 764/766 e-STJ).

Nas razões do presente recurso, o embargante sustenta contradição no julgado.

Menciona que o recurso cabível é a apelação, tendo em vista que o juiz julgou extinta a impugnação ao cumprimento de sentença.

Aduz que *"o recurso de agravo somente é cabível nas hipóteses de NÃO ocorrer a extinção da execução, pelo que o agravo não pode ser admitido ao presente caso, onde ocorreu a extinção da execução por meio de sentença"* (fl. 771 e-STJ).

Impugnação às fls. 778/780 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

Preliminarmente, tendo em vista o caráter infringente pretendido pelo embargante, recebo os presentes declaratórios como agravo interno.

A esse respeito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. QUEDA EM BURACO EXISTENTE NA VIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE, DIANTE DO ACERVO FÁTICO DA CAUSA, AFASTOU A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Embargos de Declaração opostos contra decisão publicada em 06/04/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Na forma da jurisprudência, 'nos termos do artigo 1.024, § 3º, do NCPC, após intimado o recorrente para complementar as razões

recursais, os embargos declaratórios opostos com o intuito de conferir efeitos infringentes à decisão embargada devem ser recebidos como agravo regimental' (STJ, EDcl no AREsp 874.830/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 07/10/2016).

Embargos de Declaração recebidos como Agravo interno, com a adoção do rito previsto no art. 1.024, § 3º, do CPC/2015. (...)

V. Embargos de Declaração recebidos como Agravo interno, ao qual se nega provimento" (EDcl nos EDcl no AREsp 850.769/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/3/2017).

Quanto ao presente caso, de fato, importa reconsiderar a decisão no tocante ao recurso cabível.

Observa-se que a decisão monocrática, além de rejeitar a impugnação também extinguiu o cumprimento de sentença, conforme se observa do seguinte trecho:

"(...)

Trata-se de 'Cumprimento de Sentença' proposto por Sidnei Barbosa contra Telecomunicações de São Paulo SA - TELESP.

Não dispondo dos dados necessários à indicação do correto valor devido, o exequente intruiu o cumprimento de sentença com base em cálculos estimativos.

Intimada a apresentar os dados, a executada deixou de cumprir integralmente a obrigação, motivo pelo qual foram considerados corretos os valores e cálculos estimativos indicados pelo exequente.

Em prosseguimento ao cumprimento de sentença, intimada a efetuar o pagamento, a executada depositou valor para garantia do juízo, propôs 'impugnação ao cumprimento de sentença' e alegou, em síntese, excesso de execução.

Sobre a impugnação, pugnou o exequente pela sua rejeição, ante a preclusão temporal da matéria arguida.

É o relatório. Decido.

Compulsando os autos, verifica-se que, em impugnação ao cumprimento de sentença pretende a executada rediscutir matéria já atingida pela preclusão, vez que presumidos como corretos os cálculos e metodologia apresentados pelo exequente, ante a não apresentação dos dados necessários pela executada (item 'I' da decisão de fls. 432/433).

Diga-se que se trata de matéria atingida pela preclusão, pois contra a decisão que homologou os cálculos indicados pelo credor não foi, em tempo e modo, interposto o recurso pertinente.

Ante o exposto, REJEITO a impugnação ao cumprimento de sentença, vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no art. 525, §1º do CPC/2015.

Não há que se falar em condenação em honorários sucumbenciais, pois a impugnação ao cumprimento de sentença possui natureza jurídica de mera defesa.

Ademais, a rejeição da impugnação também não importa tal condenação, conforme dispõe a Súmula 519 do STJ.

No mais, considerando que o valor depositado nos autos

pela executada abrange o valor total da condenação, medida que se impõe é a extinção do feito. Embora não depositado como pagamento, a garantia se presta justamente para ser convertida em pagamento em caso de rejeição da impugnação.

Dito isso, pelo pagamento realizado, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, inc. II, do CPC.

Pelo princípio da causalidade, custas pela executada.

Pela inteligência do art. 520, §3º, do CPC/2015, diante do depósito tempestivo do valor devido, a parte executada fica isenta do pagamento da multa e dos honorários para a fase de cumprimento de sentença.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Com o trânsito em julgado, expeça-se alvará, em favor do exequente e de seu procurador, para liberação do valor depositado à fl. 444.

Por fim, proceda-se à cobrança das custas e arquivem-se os autos" (fls. 602/603 e-STJ).

Tendo em vista a extinção do cumprimento de sentença, o recurso cabível, de fato, é a apelação, não havendo falar em fungibilidade, conforme bem fundamentou o acórdão recorrido:

"(...)

Da simples leitura da decisão é possível verificar que se trata de sentença e não há dúvida objetiva como alega o recorrente.

Isso porque, além de ela estar nominada como sentença e classificada no sistema também da mesma forma, na parte dispositiva está expressamente registrado que o julgamento extinguiu o cumprimento de sentença, com fulcro no art. 924, II, do CPC.

Ora, o dispositivo legal que alicerça a mencionada decisão, preceitua in verbis, que 'Extingue-se a execução quando: a obrigação for satisfeita'.

Além disso, todas as consequências decorrentes da sentença, como a condenação ao pagamento das custas e o registro das providências a serem adotadas após o trânsito em julgado da decisão, foram estabelecidas de forma a permitir a ilação clara de tratar-se de sentença e não de decisão interlocutória" (fls. 657/658 e-STJ).

A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXTINÇÃO. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. 1.

Consoante o entendimento do STJ, a decisão que põe fim ao cumprimento da sentença, extinguindo a obrigação, é passível de repreensão pela via de apelação, e não de agravo de instrumento, sendo incabível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

2. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AREsp 1.141.865/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 17/10/2019).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE AGRAVANTE.

1. Não ficou caracterizada a violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022 do CPC, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza vício de fundamentação. Precedentes.

2. A jurisprudência desta Corte Superior entende que a decisão que resolve a impugnação ao cumprimento de sentença e extingue a fase executória, constitui decisão terminativa, impugnável por meio de apelação e não por agravo de instrumento. Precedentes.

2.1. No caso, a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau extinguiu a fase executória, razão pela qual assiste razão ao Tribunal a quo ao não conhecer do agravo de instrumento interposto.

3. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AREsp 1.242.450/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/9/2019, DJe 4/10/2019).

Ante o exposto, recebo os presentes aclaratórios como agravo interno para, exercendo o juízo de retratação, reconsiderar a decisão de fls. 764/766 e-STJ e negar provimento ao recurso especial.

Deixo de aplicar o art. 85, § 11, do CPC/2015, pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator